

• **Nacional**

POLÍTICA ECONÔMICA

O Plano *Economia* *Brasil* Jaguaribe

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

um acerto de mais longo prazo. Para isso, seria preciso imaginar uma via de mão dupla: o governo federal estudaria uma redistribuição tributária em favor dos estados e estes aceitariam a fixação de tetos para seus gastos com folhas de salários (algo entre 50 e 80% da receita, sugere Jaguaribe).

Finalmente, caberia ao governo federal contribuir para essa "Nova Política Econômica", como a chama Jaguaribe, usando um paralelo com a NEP soviética depois da revolução bolchevique, cortando o déficit público. As tarifas e preços públicos seriam ajustados aos seus custos efetivos e seguiriam, a partir daí, as regras estabelecidas para o setor privado.

Jaguaribe goza do respeito e admiração do presidente Sarney, para quem elaborou, recentemente, o chamado "Plano 2.000". Várias de suas idéias são bem recebidas no Planalto.

Já no Ministério da Fazenda, há resistências a propostas de ações fortes a curtíssimo prazo e mais ainda às sugestões de congelamento imediato. A equipe do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira chegou a Brasília, de fato, com um plano de congelamento nas mãos para implantação imediata. Ele seguiria alguns passos contidos no "Plano Sayad": um congelamento por 90 dias seguido de regras para o



Hélio Jaguaribe

reajuste posterior que levassem em conta a variação inflacionária média do trimestre anterior.

Os economistas da Fazenda acabaram convencendo-se, contudo, de que o desajuste de preços relativos no momento é grande demais. Isso, somado à baixa credibilidade do governo poderia comprometer o sucesso do congelamento.

A idéia não foi afastada, mas postergada para um momento de maior equilíbrio de preços. O fato, no entanto, é que a idéia de um congelamento ou acordo sobre preços e salários seduz o Planalto, os governadores e boa parte dos políticos.

Muitos políticos imaginam que um congelamento imediato poderia ser um atalho para retomar a popularidade. Para um economista do governo, ele seria perpetuar, na área dos preços, "a imagem de um Frankenstein".

O Plano Jaguaribe

25 MAI 1967

GAZETA MERCANTIL

Economia - Brasil

por Celso Pinto
de São Paulo

Chegou ao Palácio do Planalto, nesta semana, pelas mãos do professor Hélio Jaguaribe, uma proposta para a montagem, imediata, de um acordo que implicaria um controle sobre os aumentos de preços e salários por, pelo menos, noventa dias.

Jaguaribe disse a este jornal que sua sugestão não se confunde com um congelamento geral de preços e salários, mas sabe-se que o tema do congelamento esteve presente em suas conversas em Brasília. Ele discutiu suas idéias com assessores do presidente, inclusive do Ministério da Fazenda.

O ponto de partida de sua análise é que, se não houver uma reversão de expectativas a curtíssimo prazo, corre-se o risco de levar o País, no segundo se-

mestre, "à ingovernabilidade e ao caos". Somasse, para montar esse quadro, "o desprestígio e falta de autoridade do governo", a inteira desorganização dos preços, a ameaça de uma hiperinflação e de um colapso nos serviços essenciais dos estados e municípios.

Sua proposta pretende atacar os vários lados da crise, partindo do suposto de que, "se não houver uma detente, ninguém escapará do naufrágio no segundo semestre". Jaguaribe diz que, em suas conversas no Planalto, houve consenso em relação à dimensão do risco embutido na atual conjuntura.

A questão dos preços envolve um conflito essencial. De um lado, é preciso haver um reequilíbrio setorial de preços, para o que é preciso haver liberdade de mercado. No entanto, como os agentes acham que a liberdade será temporária, seguida de novo congelamento, acabam empurrando os preços para cima, abrindo o risco de uma hiperinflação. Um novo congelamento, nessas circunstâncias, poderia agravar as condições de abastecimento, mas a inércia poderá levar ao descontrole total e ao desgoverno.

Para fugir a esse dilema, ele sugere que o governo ative um processo de conversas com líderes de todos os setores em torno de um acordo. Não necessariamente lideranças institucionais, que tenderiam a trazer agendas fechadas a priori, mas figuras representativas da sociedade civil.

O acordo, em sua opi-

nião, teria de ser costurado em torno de dois princípios. Do lado empresarial, a aceitação de que os preços, por um período não inferior a 90 dias (eventualmente 120 dias), não subiriam além da variação dos custos efetivos mais uma margem mínima de lucros. Os sindicatos, por sua vez, renunciariam às greves de caráter estritamente político e às reivindicações que embutissem compensações por inflações futuras. O ajuste salarial se limitaria a reposição da inflação passada.

O governo funcionaria como árbitro do bom funcionamento do acordo, fiscalizando seu cumprimento. De resto, ele supõe que haveria também um processo de "auto-fiscalização", na medida em que os vários setores vigiariam o respeito às regras firmadas por parte dos setores de que dependessem.

Jaguaribe admite que haveria dificuldades para

amarrar um acordo desse tipo, especialmente com a urgência necessária. Argumenta, contudo, que a percepção de que a alternativa seria o "naufrágio coletivo" poderia estimular o entendimento.

Durante esse período de trégua, o governo federal acertaria, com os estados e municípios, um arranjo financeiro de emergência que impedisse o colapso total dos serviços essenciais. Simultaneamente, discutiria as bases de

(Continua na página 3)

No telex enviado quinta-feira passada à comunidade financeira internacional para pedir a prorrogação das linhas de crédito de curto prazo, o Brasil afirma que a adoção de uma política de câmbio mais competitiva e o esfriamento da demanda interna devem produzir um saldo comercial mensal de US\$ 1 bilhão "no futuro próximo".

(Ver página 18)